https://doi.org/10.48006/978-65-87289-66-3-3/

TESOURO CULTURAL OU DEMONÍACO? PERSPECTIVAS LOCAIS SOBRE O VIMBUZA, PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL, E A UNESCO NO MALAWI

LISA GILMAN[1]

Localização: Rumphi e distritos vizinhos, região norte do Malawi

O centro geográfico do povo Tumbuka e do ritual Vimbuza fica no distrito de Rumphi, na região norte do Malawi, um pequeno país no centro-sul da África (Figura 1). Muitos povos Tumbuka também vivem no dis-

---

[1] Lisa Gilman é professora associada de Folclore e diretora do Instituto de Pesquisa sobre Imigração da Universidade George Mason. Ela publicou livros e artigos sobre performance, gênero, política do patrimônio cultural imaterial, folclore africano, música e guerra, além de métodos de pesquisa etnográfica. Produziu o documentário Grounds for Resistance e o *Dzaleka Art Project* www.dzalekaartproject.com. Atualmente, está trabalhando em "*My Culture, My Survival: Arts Initiatives by Refugees for Refugees*" (Minha cultura, minha sobrevivência: iniciativas artísticas de refugiados para refugiados), um projeto global em vários locais sobre pessoas deslocadas, arte e agência.

* Tradução de Sara Morais (com revisão de Maíra Vale) do original "Demonic or Cultural Treasure? Local Perspectives on Vimbuza, Intangible Cultural Heritage, and UNESCO in Malawi" no **Journal of Folklore Research**, v. 52, n. 2-3, p. 199-216, maio-dez. 2015. Dossiê UNESCO on the Ground: Local Perspectives on Global Policy for Intangible Cultural Heritage.

Figura 1
O Vizumbra é praticado pelo povo Tumbuka, que está concentrado no distrito de Rumphi, na região norte do Malawi. Fonte: Imagem de John Fenn.

trito de Mzimba, ao sul de Rumphi. O ritual Mashawe, do grupo étnico vizinho Tonga, no distrito de Nkhata Bay, é semelhante — muitos dizem que é idêntico — ao Vimbuza (Chilivumbo, 1972). Embora a inscrição do Vimbuza na lista representativa da UNESCO, consultada no site da organização, não inclua o Mashawe, alguns dos documentos fornecidos pela comissão local da UNESCO especificam que os dois devem ser considerados em conjunto.

Outros grupos étnicos que vivem na região onde o Vimbuza é praticado também participam no ritual, especialmente os Ngoni, que — como resultado de conquistas, casamentos entre pessoas pertencentes a diferentes grupos étnicos e proximidade — compartilham muitas práticas culturais com os Tumbuka. O Vimbuza também é praticado em distritos que fazem fronteira com aqueles mencionados acima porque os limites distritais não correspondem exatamente às fronteiras culturais, e há muitas áreas onde pessoas de diversas origens culturais vivem juntas e muito próximas.

A maioria da população do Malawi vive em áreas rurais. As pessoas que moram em vilarejos rurais possuem várias ocupações e têm estilos de vida diferentes, embora o discurso popular no Malawi e em todo o continente posicione a vida rural como "tradicional" ou "africana", em justaposição aos modos de vida "modernos" ou "ocidentais", associados a cidades grandes e pequenas. Dentro e fora das cidades, há vilarejos ou áreas semelhantes a vilarejos, onde a maioria das pessoas vive um estilo de vida de vilarejo, mas também tem acesso fácil às comodidades e aos meios de transporte da cidade. O Vimbuza é praticado principalmente em vilarejos e áreas de vilarejos fora das cidades. Pessoas que vivem nas cidades e sofrem com doenças atribuídas ao Vimbuza viajam para locais mais rurais para serem tratadas por curandeiros especializados nesse ritual.

Existem algumas atrações turísticas em áreas onde o Vimbuza é praticado, como o Parque Nacional Nyika, próximo à cidade de Rumphi, ou a cidade de Mzuzu, que funciona como um ponto de encontro para turistas que viajam da capital, Lilongwe, para outros destinos no norte do país ou para a Tanzânia. Mzuzu abriga um pequeno museu administrado pelo governo, que apresentava uma exposição sobre o Vimbuza na época em que este artigo foi escrito, parcialmente financiada pela UNESCO. A cidade vizinha de Nkhata Bay District, ao longo do Lago Malawi, atrai turistas, especialmente "mochileiros", jovens, em sua maioria europeus, viajantes com orçamento limitado. Pequenas hospedagens em Nkhata Bay ocasionalmente organizam apresentações de Mashawe. O turismo cultural é pouco desenvolvido no Malawi, e a Convenção da UNESCO tem dado incentivo a esforços nacionais para desenvolver o turismo voltado à cultura local e ao patrimônio em todo o país.

Bem cultural como Patrimônio Imaterial: Vimbuza, uma doença polêmica e um ritual de cura

Vimbuza refere-se tanto à doença causada por espíritos que possuem uma pessoa, causando uma variedade de doenças físicas e mentais, quanto aos rituais que são usados para diagnosticar e curar essas enfermidades de origem espiritual[2]. Os sintomas atribuídos à ação dos espíritos não podem ser curados pela medicina ocidental, devem ser tratados por curandeiros rituais. Esses curandeiros adquirem o poder de diagnosticar e curar doenças relacionadas a espíritos porque eles também estão possuídos ou "infectados" por espíritos; é por meio da sua própria interação incorporada com as entidades espirituais que eles são capazes de diagnosticar, curar ou mitigar os sintomas de outras pessoas que sofrem de doenças relacionadas a eles.

O ritual Vimbuza consiste em um encontro que inclui um ou mais curandeiros, a pessoa afetada, seus familiares e membros da comunidade onde o ritual é realizado. O ritual geralmente ocorre fora ou perto da casa do curandeiro e, às vezes, em um templo Vimbuza. Há vários tipos de curandeiros Vimbuza, cada qual com poderes diferentes e modos próprios de atuação. Os rituais de cura específicos são diferenciados; a seguir, apresentaremos uma visão geral das características comuns dos rituais, todos envolvendo itens de vestuário especiais, adereços, tambores, movimentos e cantos.

Os tambores geralmente ficam posicionados em um dos lados de um espaço aberto. Outras pessoas envolvidas, como pacientes, curandeiros e membros da plateia, ficam na periferia. Os espíritos ditam o que

---

[2] Para estudos mais detalhados sobre o Vimbuza, ver Friedson (1996) e Chilivumbo (1972).

acontece em qualquer ritual, determinando a vestimenta, os adereços e outros detalhes do evento. O(s) curandeiro(s) e a pessoa afligida pela doença vestem roupas especiais, geralmente um vestido de algodão vermelho ou verde de cor única, tanto para homens quanto para mulheres, e, às vezes, um chapéu do mesmo tecido decorado com grandes cruzes brancas. Eles usam combinações de contas no pescoço, chocalhos nos tornozelos e chocalhos, peles ou panos amarrados na cintura (Figura 2).

À medida que os tambores ressoam, a pessoa focal do evento naquele momento — seja um curandeiro, ou uma pessoa que está sendo curada — entra no espaço aberto. A batida dos tambores ativa os espíritos na pessoa, que começa a se movimentar ritmicamente, criando mais barulho com os chocalhos e outros idiofones no corpo; o barulho crescente produz uma presença ainda mais viva dos espíritos, o que impele a pessoa a se movimentar com mais e mais energia.

O ato de se movimentar ritmicamente ativa os espíritos das pessoas afetadas, tanto dos curandeiros quanto das pessoas que estão buscando tratamento. Com o fortalecimento da presença espiritual, o curandeiro entra em um estado elevado de consciência, que lhe concede uma percepção sobrenatural, além da capacidade típica dos seres vivos. Nesse estado, os curandeiros comunicam-se com os espíritos para determinar a causa dos males da pessoa afligida e para identificar o que os espíritos exigem para serem apaziguados. Os rituais do Vimbuza duram muitas horas, geralmente a noite toda.

Embora o Vimbuza seja considerado tanto uma doença quanto um ritual de cura, às vezes é apresentado em contextos não rituais como uma "dança" para entretenimento ou exibição cultural, porque compartilha elementos com práticas culturais categorizadas localmente como danças, ou *zovina* em Chitumbuka. Alguns locais turísticos, especialmente pousa-

das e hotéis voltados para uma clientela estrangeira, ocasionalmente organizam apresentações não rituais de Vimbuza para seus hóspedes.

Eventos culturais distritais, regionais e nacionais que exibem formas de dança de diferentes grupos étnicos integram o Vimbuza de vez em quando em sua programação. Às vezes, o Vimbuza também é performado em comícios políticos, junto a outras formas de dança, para entreter políticos e o público, e para promover um partido político e seus líderes (Gilman, 2009). Essas exibições de entretenimento diferem dos rituais porque os artistas não estão possuídos e os vários elementos que, no ritual, têm a intenção de interagir com os espíritos — tambores, chocalhos e cantos — são usados apenas para exibição. Os espíritos não estão presentes; os praticantes fazem os movimentos para performar e agradar, e não como uma função ritual (Figura 2).

Figura 2
Apresentação do Vimbuza. Enugweni, Malawi. Abril de 2013.
Fonte: Fotografia da autora.

O Vimbuza é uma prática controversa localmente devido às tensões entre teorias ocidentais e indígenas de cura, e entre o cristianismo, religião dominante na região norte, e as religiões indígenas baseadas na relação com os ancestrais. Alguns criticam os curandeiros tradicionais por afirmarem que podem curar pessoas doentes por meio da dança em vez de enviá-las ao hospital, onde poderiam ser tratadas pela medicina ocidental. Os defensores argumentam que as doenças causadas por espíritos são diferentes daquelas que podem ser curadas pela medicina ocidental e só podem ser tratadas por meio de rituais.

Alguns curandeiros que entrevistei explicaram que tensões com hospitais não existem, pois os médicos treinados na medicina ocidental entendem suas limitações quando se trata de doenças relacionadas a espíritos. A curandeira Mercy Chirwa explicou que a medicina tradicional e a ocidental se complementam em vez de estarem em conflito. A curandeira Martha Luhanga relatou que os médicos do hospital de Rumphi às vezes chamam Winles Gondwe, curandeira-chefe do seu templo Vimbuza, para cuidar de um paciente quando o tratamento dos médicos não teve sucesso. Gondwe determina, então, se os sintomas são de origem espiritual; se forem, o hospital libera o paciente para que ele seja curado por meio de ritual.

As tensões entre o Vimbuza e as igrejas cristãs parecem ser maiores do que as tensões com os hospitais ocidentais. As igrejas cristãs há muito tempo tentam acabar com o Vimbuza porque equiparam a crença em espíritos e rituais centrados na interação entre humanos e espíritos ao animismo, que elas consideram antitético ao monoteísmo do cristianismo. Vários curandeiros que entrevistei são membros da Igreja Presbiteriana da África Central (CCAP), uma das igrejas mais antigas e dominantes no país. Eles explicaram que a CCAP proíbe seus membros de praticar o Vimbuza pelos motivos mencionados acima. Por outro lado, os praticantes e aqueles que apoiam o Vimbuza — muitos dos quais são cris-

tãos praticantes — acreditam que o Vimbuza não é antitético ao cristianismo. Pelo contrário, explicam que Deus está presente em seus rituais, e é Deus que os capacita a interagir com os espíritos para diagnosticar e curar. No ritual, os símbolos e as referências cristãs são abundantes: os rituais começam com uma oração cristã, os vestidos exigem cruzes destacadas e as letras das músicas estão repletas de referências cristãs. Inclusive, muitos dos que criticam publicamente a prática por causa de suas próprias crenças cristãs ainda visitam secretamente os curandeiros, ou "médicos africanos", quando os médicos do hospital não conseguem curar sua doença ou a doença de um ente querido (de Kok, 2005).

A tensão sobre a feitiçaria está relacionada às controvérsias tanto médicas quanto religiosas em torno do Vimbuza. A Lei de Feitiçaria, aprovada em 1911 durante o período colonial, nega a existência de feitiçaria e proíbe práticas culturais de qualquer forma associadas a ela (Byrne, 2011; Soko e Kubik, 2008). Muitos malawianos acreditam que grande parte do sofrimento humano é resultado de feitiçaria, e os curandeiros Vimbuza estão entre os curandeiros tradicionais que diagnosticam a feitiçaria e identificam os feiticeiros ou autores da feitiçaria por meio de suas artes de cura. A controvérsia sobre a existência ou não de feitiçaria e a ilegalidade de práticas destinadas a identificar os perpetradores colocam o Vimbuza em um atoleiro controverso.

Estado atual em relação à UNESCO: um dos dois primeiros bens culturais do Malawi reconhecidos

O Vimbuza foi inicialmente proclamado como uma das noventa Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade pela UNESCO em 2005. Em 2008, a UNESCO incorporou o Vimbuza à Lista Represen-

tativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, de acordo com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003[3].

O dossiê foi feito com a contribuição do oficial sênior de programa, encarregado pelas iniciativas culturais da Comissão Nacional do Malawi para a UNESCO, a equipe do Departamento de Cultura (à época, parte do Ministério da Educação, Esportes e Cultura), acadêmicos e profissionais do Vimbuza[4]. Os arquivos para a candidatura do Vimbuza incluíam os seguintes itens, tais como requeridos pelo processo de inscrição:

a. Mapa das áreas onde o Vimbuza é praticado no Malawi;
b. Lista de fotografias e negativos de dançarinos do Vimbuza;
c. Cartas de consentimento para que o Vimbuza seja proclamado como uma Obra-Prima do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade;
d. Bibliografia;
e. Vídeo de 10 minutos de duração;
f. Vídeo de 1 hora e 30 minutos de duração;
g. Lista de praticantes[5].

---

[3] Outra forma de música e dança do Malawi, o Gule Wamkulu, do povo Chewa, também foi primeiramente proclamada como Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, sendo posteriormente incorporada à Lista Representativa da UNESCO. Malawi, Moçambique e Tanzânia enviaram conjuntamente o pedido de reconhecimento para o Gule Wamkulu, e os esforços de salvaguarda pretendem envolver colaborações regionais entre os três países. O Malawi ratificou a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, em 2010.

[4] O Departamento de Cultura, a entidade governamental que supervisiona as iniciativas culturais, é regularmente transferido para diferentes ministérios, que o compartilha com outros departamentos. Na configuração vigente quando este artigo foi redigido, em 2013, estava vinculado ao Ministério do Turismo, Vida Selvagem e Cultura, o que indicava planos de desenvolver o turismo cultural em articulação com o turismo da vida selvagem.

[5] Esta lista é reproduzida conforme documentada na candidatura. Christopher J. Magomelo, Oficial Sênior de Programa (Cultura) da Comissão Nacional da UNESCO no Malawi, gentilmente me forneceu acesso ao arquivo da candidatura do Vimbuza.

O Malawi possui vários grupos étnicos e centenas de práticas de dança. De acordo com a UNESCO e com os funcionários do governo que entrevistei, o motivo pelo qual o Vimbuza e o Gule Wamkulu foram selecionados para essa primeira rodada estava relacionado à disponibilidade das informações requeridas. Dada a extensão do que era necessário para a candidatura, a seleção de duas formas culturais para as quais já havia uma grande quantidade de informações foi uma decisão prática. Essas duas formas culturais são muito vibrantes e foram relativamente bem documentadas e analisadas por estudiosos, o que facilitou a compilação de extensa descrição, justificativa e documentação audiovisual requeridas para o dossiê de candidatura.

Na parte escrita da candidatura, o Vimbuza é apresentado como sendo importante para a identidade cultural Tumbuka, central para "a teoria Tumbuka da doença" e importante do ponto de vista terapêutico, medicinal e cultural. Considerando que a programação incentivada como resultado da inscrição do Vimbuza na UNESCO por vezes enfatizou demais o Vimbuza como uma forma de entretenimento; é digno de nota que, embora o dossiê de candidatura mencione que o Vimbuza cura e entretém, raramente faz referência à sua performance fora de contextos rituais. Tanto a candidatura inicial quanto os materiais promocionais que foram produzidos como resultado da inclusão do Vimbuza na Lista Representativa articulam a importância de promover o Vimbuza porque a controvérsia com bases médicas e religiosas em torno da prática coloca o Vimbuza em risco, e em maior necessidade de reconhecimento cultural e salvaguarda. Para cumprir o mandato da UNESCO após sua inscrição na Lista, o governo, em colaboração com o escritório local da UNESCO, criou um plano de salvaguarda que enfatizava tanto seu valor terapêutico quanto cultural. Conforme estipulado no site da UNESCO para o Vimbuza, "o projeto de salvaguarda busca

incentivar a transmissão de habilidades e conhecimentos para as gerações mais jovens, e aumentar a conscientização sobre a importância de salvaguardar o Vimbuza como parte das práticas tradicionais de saúde"[6].

O Malawi é um país pobre do ponto de vista econômico e, historicamente, o governo tem fornecido recursos limitados para iniciativas culturais. Portanto, o Malawi depende muito da ajuda de doadores para financiar programas culturais. Para estimular iniciativas em seu plano de salvaguarda, o governo do Malawi conseguiu algum financiamento da UNESCO e do governo do Japão. As iniciativas planejadas, muitas das quais foram realizadas entre maio de 2007 e novembro de 2009, incluem:

» Revisão das leis de Artes e Artesanato, Museus e Monumentos, e Relíquias, com o objetivo de a elas acrescentar a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial;
» Capacitação de praticantes e chefes do Vimbuza sobre direitos de propriedade intelectual, questões de saúde associadas à prevenção do HIV/AIDS, relações entre curandeiros tradicionais e "médicos modernos", questões de gêneros e o valor da educação formal;
» A criação de uma Associação de Curandeiros e Dançarinos de Vimbuza do Malawi foi iniciada, "e um código de conduta foi estabelecido para os membros como parte da reação contra a imagem negativa do Vimbuza causada pela prática inadequada";
» O Prof. Boston Soko, da Universidade de Mzuzu, foi encarregado de escrever um livro sobre o Vimbuza;
» Foi feito um inventário sobre os praticantes de Vimbuza na região norte do país;

---

[6] Ver a entrada sobre "*Vimbuza healing dance*" em http://www.unesco.org/culture/ich/en/RL/00158.

» Foram organizados dois festivais de dança Vimbuza, um em Rumphi, e outro em Mzuzu, cidades da região norte;
» Uma exposição museal sobre o Vimbuza no Museu de Mzuzu[7].

Na época da pesquisa, em 2013, a exposição do museu ainda estava aberta, o Professor Soko trabalhava no livro e não havia festivais ou eventos adicionais focados no Vimbuza sendo planejados. A Associação de Curandeiros e Dançarinos de Vimbuza estava em processo de constituição formal.

Perspectivas locais: prática satânica ou cultura valorizada?

Minha apresentação e discussão de perspectivas locais são informadas pela extensa literatura sobre a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003 e se baseiam, mais explicitamente, em minhas entrevistas e conversas menos formais com pessoas de diferentes formações educacionais (desde nenhuma escolaridade formal até universitários) que vivem em áreas rurais e urbanas na região onde o Vimbuza é praticado. A maioria dessas conversas ocorreu entre fevereiro e julho de 2013, incluindo entrevistas com curandeiras Vimbuza, além da participação em vários eventos da prática para melhor familiarização. Meu argumento atual é também embasado em pesquisas anteriores que realizei sobre o tema em 2010 e em pesquisas em andamento sobre dança e política no Malawi, iniciadas em 1995.

Com base neste trabalho de campo, observei que a maioria das pessoas da região não estava familiarizada com a UNESCO, nem sabia

[7] O projeto de salvaguarda está documentado em um folheto produzido pela Comissão Nacional do Malawi para a UNESCO, intitulado "*Vimbuza Healing Dance Safeguarding Project* 2007-2009".

sobre suas iniciativas para o Patrimônio Cultural Imaterial, ou mesmo que o Vimbuza havia sido inscrito na Lista da UNESCO. Dois curandeiros de Vimbuza que entrevistei não sabiam o que era a UNESCO, mas tinham sido informados de que o Vimbuza havia recebido algum tipo de reconhecimento internacional. O único curandeiro com algum conhecimento substancial da UNESCO era Jejeka Chisusu Mbale, que estava envolvido no processo de candidatura, além das atividades de salvaguarda realizadas posteriormente[8]. Depois de saber que o Vimbuza era uma das duas formas culturais — e a única da região norte — inscrita em uma lista da UNESCO, a maioria dos entrevistados expressou surpresa com o fato de que o Vimbuza tinha sido selecionado em detrimento de outras práticas culturais. A justificativa mais comum era a de que o Vimbuza é uma doença e um ritual de cura, não um domínio da "cultura". Essa distinção levanta questões sobre o que se entende como "cultura" em diferentes contextos.

Como a maioria não conhecia as listas da UNESCO, nem o processo de seleção, vários me devolveram a questão, perguntando por que o Vimbuza havia sido escolhido. Alguns questionaram se o processo tinha motivação política. Outros pensaram que o motivo podia ser o fato de o Vimbuza ser amplamente praticado na região norte, entre diferentes grupos étnicos, o que o tornaria mais representativo da região do que algumas outras práticas culturais restritas a um único grupo. Essa conclusão surgiu após alguma reflexão e sugeriu que, se esses indivíduos tivessem que escolher algo para representar a região norte, teriam selecionado outra prática.

---

[8] Mbale é alguém incomum para um curandeiro tradicional devido ao seu nível de educação formal. Ele é professor aposentado que fala inglês fluentemente. Explicou que foi escolhido para representar os praticantes do Vimbuza no processo da UNESCO por causa de sua formação educacional e seu conhecimento de inglês.

Nyakwinika, uma mulher Ngoni que vive em uma área semelhante a uma pequena cidade de Mzuzu, afirmou que existem muitas danças no norte, como a Ngoni Ingoma, que são "cultura pura" e, portanto, teriam sido mais apropriadas. Segundo ela, as danças que ela caracterizou como "cultura pura" expressam a identidade cultural e entretêm, em vez de servir a funções religiosas ou rituais. Ela não considerava Vimbuza como "cultura pura" porque é uma doença e um ritual de cura — não o que ela considerava como uma forma de "dança". A autoridade tradicional Harry Mankhambira, na época chefe do povo Tonga no Distrito da Baía de Nkhata, também observou que a prática Tonga de Mashawe é uma doença e uma prática de cura. Mankhambira reconheceu que, embora Vimbuza faça parte da "cultura", não deveria ser celebrado como uma forma de entretenimento cultural. Uma opção mais apropriada teria sido algo como a dança Malipenga, que se destina ao entretenimento e é praticada por todos, em oposição a apenas aqueles que estão doentes ou são curandeiros. Tanto Nyakwinika quanto Mankhambira concordariam que as crenças em torno da medicina faziam parte da "cultura".

Os termos que se aproximam minimamente de "cultura" em diferentes línguas malawianas — *mudauko/midauko,* em Chitumbuka, e *chikhalidwe/zikhalidwe,* em Chichewa — traduzem-se literalmente para o inglês como "o(s) modo(s) de vida". No entanto, no contexto da UNESCO e de iniciativas locais para preservar e promover a cultura, adquiriam uma definição mais restritiva que se referia a práticas mais intimamente associadas à identificação étnica e ao entretenimento do que aos domínios da saúde e do ritual. Para elucidar, em conversas fora do contexto dos esforços de preservação cultural, esses mesmos indivíduos consideravam o Vimbuza parte do "modo(s) de vida". A questão estava relacionada a quais os tipos de práticas culturais que seriam apropriados para o

tipo de construção de identidade e manifestações exotéricas resultantes dos esforços de preservação exigidos pela UNESCO, em vez de um desacordo sobre o que era ou não "cultura".

A curandeira Lestina Makwakwa ressoou esse sentimento e foi categórica ao afirmar que o Vimbuza é uma doença que não deve ser tratada como um elemento cultural. Ela criticou especialmente a ideia de um festival de Vimbuza, que fazia parte do plano de salvaguarda que se seguiu ao reconhecimento pela UNESCO, ou outros eventos em que o Vimbuza fosse realizado fora de seu contexto ritual, pois essas manifestações retiravam-lhe o significado. Ela explicou que, por não terem controle de si, os afetados pelo Vimbuza podiam entrar em estados psicóticos ou fisicamente perigosos, algo comum durante os rituais. Em um contexto de entretenimento, a pessoa possuída não seria capaz de iniciar e interromper o comportamento, e um curandeiro não estaria presente para supervisionar o processo e garantir segurança. Os curandeiros Gondwe e Luhanga explicaram de forma semelhante que sentiam que esses dançarinos estavam zombando do Vimbuza. Eles acreditavam que as pessoas cujo único conhecimento sobre Vimbuza vinha dessas apresentações para entretenimento não levariam a doença a sério nem os respeitariam por seu importante trabalho como curandeiros.

Em contraste, a curandeira Mercy Chirwa reagiu positivamente ao reconhecimento internacional do Vimbuza. Chirwa explicou que era bom que o Vimbuza recebesse essa atenção para que mais pessoas pudessem entender a doença e a importância do processo de cura. Observei que era o Departamento de Cultura, e não o Departamento de Saúde, que estava promovendo o Vimbuza, e ela respondeu que o Vimbuza deveria estar subordinado ao Departamento de Saúde. Foi menos crítica sobre a apresentação do Vimbuza como entretenimento, pois

sentia que essas representações positivas ajudavam a educar as pessoas e a trazer mais compreensão tanto sobre os problemas associados à doença quanto sobre a importância do processo de cura. Em sua avaliação positiva da promoção dessa prática como "cultura", Chirwa enfatizou a saúde: quanto mais as pessoas entendessem, mais elas seriam capazes de obter a cura de que precisavam.

Outros malawianos que entrevistei criticaram a escolha de Vimbuza para a Lista Representativa da UNESCO devido às suas próprias perspectivas sobre religião e medicina. Alguns não acreditavam nos espíritos do Vimbuza ou que doenças pudessem ser causadas por espíritos, e portanto não consideravam que o ritual deveria ser incentivado. Outros acreditavam que a interação com espíritos era equivalente a práticas satânicas que deveriam ser proibidas, uma perspectiva que ouvi repetidamente não só durante as minhas entrevistas mais formais, mas também em conversas informais com estudantes, colegas e amigos no norte do Malawi. Alguns que criticavam o Vimbuza por suas dimensões médicas ou religiosas problemáticas apoiavam o seu reconhecimento como um elemento cultural destinado ao entretenimento e à identidade cultural, mas apenas se dissociado dos espíritos e do contexto ritual.

Quando perguntei aos curandeiros do Vimbuza se eles ou o Vimbuza haviam se beneficiado do *status* de Patrimônio da Humanidade da UNESCO, a maioria explicou que percebeu pouca diferença desde a sua inscrição. Gondwe e Luhanga, cujo templo de Vimbuza agora é reconhecido pelo governo e aparece no mapa do site da UNESCO, na seção dedicada ao Patrimônio Cultural Imaterial, indicaram que apenas os praticantes que estiveram diretamente "envolvidos com a UNESCO" por um longo tempo receberam algum benefício. Gondwe e Luhanga só se envolveram com a UNESCO, desde o reconhecimento de seu templo, dois anos

antes de eu entrevistá-los. Eles explicaram que, desde então, participaram de algumas reuniões e eventos da UNESCO, e que uma equipe associada à iniciativa da UNESCO documentou seu templo. Dessas atividades, receberam algumas fotografias e vídeos, mas isso foi tudo. Alegaram não ter recebido nenhum benefício material, o que tende a ser uma grande questão no Malawi, onde muitas pessoas buscam apoio material daqueles com mais recursos, especialmente organizações internacionais. Incentivando-os a pensar para além do dinheiro, insisti que considerassem se houve outros benefícios (por exemplo, sociais, culturais ou religiosos), mas eles não conseguiram apontar nenhum.

Jejeka Chisusu Mbale, o curandeiro que esteve mais envolvido no processo da UNESCO, foi o mais articulado para falar sobre os benefícios aos praticantes. Assim como os demais, ele enfatizou a importância da promoção do Vimbuza, pois os afetados pela doença precisam de cuidado e tratamento adequados. Ele explicou que os festivais, além de serem relevantes para celebrar uma importante prática cultural, eram importantes para unir os curandeiros, construir uma comunidade e compartilhar conhecimento. Ao contrário daqueles que criticaram os festivais por descontextualizarem a dança do ritual, ele sentiu que, ao aprender algo sobre o Vimbuza, o público compreenderia a necessidade de preservar essa importante forma de expressão.

Ao avaliar a exposição do museu, Mbale enfatizou a questão controversa da feitiçaria: o governo, as igrejas e outros negam a existência da feitiçaria, ainda que ela seja claramente a causa de grandes danos no país. Portanto, na exposição, foram exibidos materiais usados por feiticeiros contra suas vítimas, muitos dos quais geralmente são ocultados do público em geral. Ele esperava que a exposição convencesse as pessoas de que a feitiçaria existe e que os legisladores, posteriormente, pudessem revogar

a Lei da Feitiçaria, permitindo que os curandeiros identificassem abertamente os feiticeiros e tratassem problemas relacionados. Mbale também esperava que o governo, motivado pelo reconhecimento internacional, coordenasse uma reunião entre curandeiros e líderes de igreja para que pudessem chegar a um entendimento que permitisse maior respeito e menos acusação dos curandeiros por parte das igrejas.

Discussão: do Local ao Nacional e ao Internacional

Em um país com uma grande diversidade de identidades culturais, sistemas de crenças e estilos de vida, selecionar dois bens como Patrimônio Cultural Imaterial para serem representativos do país, ou mesmo de uma região ou grupo étnico, é inerentemente problemático. Os técnicos da área cultural que supervisionam o processo de candidatura entendem a impossibilidade dessa tarefa e planejam identificar uma série de Patrimônios Culturais Imateriais para futuras candidaturas; eventualmente, a lista deverá refletir melhor a diversidade do país, mas sempre permanecerá seletiva.

Minhas entrevistas mostram que para ser representativo, seja étnica ou regionalmente, um bem cultural deve ser reconhecido como tal por todos em uma região ou grupo étnico. O Vimbuza não deveria ter sido inscrito porque muitos Tumbukas criticam o ritual e não participam dele? Ou a inscrição foi apropriada porque é um fenômeno icônico e difundido em toda a região norte, com valor religioso, médico e cultural? Também é significativo que nem o Vimbuza nem o Gule Wamkulu — a outra forma de dança inscrita na lista da UNESCO — sejam formas inclusivas. O Gule Wamkulu é uma prática exclusiva dos homens Chewa iniciados no Nyau, e o Vimbuza é dançado principalmente por pessoas afli-

gidas por espíritos. Essa exclusividade é especialmente relevante agora, já que apenas dois itens malawianos foram inscritos. Será que as formas participativas mais inclusivas deveriam ter sido consideradas "representativas" antes das mais esotéricas?

A Convenção da UNESCO exige o envolvimento de pessoas em nível comunitário durante todo o processo de candidatura. No entanto, o processo no Malawi tem sido conduzido de cima para baixo. As pessoas das comunidades locais não procuraram a UNESCO para apresentar suas candidaturas; em vez disso, funcionários do governo e da UNESCO abordaram as comunidades e identificaram representantes para participarem do processo de candidatura, o que pode fazer com que muitas pessoas não saibam, sejam ambíguas ou até mesmo critiquem uma inscrição. Um processo com ampla participação comunitária envolveria várias partes interessadas em uma comunidade para identificar as práticas culturais que uma grande porcentagem de um grupo étnico ou região considerasse digna desse *status*. Ainda assim, o resultado seria inevitavelmente limitado e representaria as perspectivas de apenas uma porcentagem da população relevante.

A preparação de um dossiê de candidatura para a UNESCO requer um nível de habilidade e capacidade bastante diferente daquelas necessárias para "salvaguardar" a prática. Até certo ponto, a preparação requer essa abordagem de cima para baixo, já que muitos praticantes não têm acessos ao conhecimento, às habilidades e aos recursos necessários para preencher um arquivo tão detalhado (Kirshenblatt-Gimblett, 2004). Além disso, o processo exige que haja informação adequada e expertise disponível. O resultado irônico, no caso do Malawi, é que as duas formas selecionadas foram aquelas ainda vibrantes em suas comunidades e para as quais já havia ampla documentação — publicações, conhecimento espe-

cializado, exposições em museus e performances públicas. Criar candidaturas para formas culturais com necessidades críticas de salvaguarda ou promoção seria muito mais desafiador, demorado e caro.

Quem se beneficia? Poucos malawianos estão cientes do reconhecimento do Vimbuza; de fato, poucos sabem que a UNESCO ou listas de Patrimônio Cultural Imaterial existem, e aqueles que sabem atribuem pouco valor a elas. No entanto, muitos malawianos, especialmente adultos que vivem em áreas rurais, expressam rapidamente suas preocupações com as mudanças culturais que estão ocorrendo. Uma crítica comum é que as pessoas estão adotando modos "estrangeiros" em detrimento dos indígenas. Muitas pessoas com quem conversei sobre esse assunto nos últimos vinte anos demonstram o desejo de iniciativas patrocinadas pelo governo que visem à preservação cultural, particularmente daquelas práticas relacionadas à vida cotidiana — demonstração de respeito aos mais velhos, rituais de menarca, costumes de cortejo e casamento e hábitos sexuais — em oposição aos tipos de formas culturais delimitadas que tendem a entrar nas listas da UNESCO, ou seja, aquelas que podem ser mais facilmente identificadas, nomeadas e exibidas em vídeos, exposições em museus e festivais. O Departamento de Cultura do Malawi é o órgão oficial que supervisiona a seleção e o envio dos dossiês de candidatura, além de ser o órgão governamental encarregado de promover a cultura. Depois de ouvir as pessoas expressarem suas preocupações, perguntei o que elas achavam que o Departamento de Cultura estava fazendo para atendê-las: "pouco ou nada", foi a resposta, o que sugere que muitas pessoas preocupadas com a vitalidade cultural não acham que o governo ou a UNESCO estejam atendendo às suas necessidades.

Os críticos internacionais que escreveram sobre a Convenção de 2003 notaram que as listas tendem a privilegiar o colorido e o exótico

(Smith; Akagawa, 2009). A seleção do Vimbuza e do Gule Wamkulu no Malawi chama a atenção porque ambos estão entre as formas de dança mais "coloridas" e "exóticas" do Malawi. Muitas formas de dança contemporâneas do Malawi, incluindo Malipenga e Chiwoda, no distrito de Rumphi, são muito menos "exóticas", pois são seculares e apresentam combinações de idiomas europeus e africanos, refletindo, assim, o hibridismo das culturas malawianas contemporâneas. As listas da UNESCO são amplamente percebidas como uma oportunidade para aprimorar o turismo. A esperança é que os turistas sejam atraídos para países com patrimônios culturais e materiais interessantes quando anunciados por uma organização tão respeitável.

A indicação de formas culturais pelo governo do Malawi e por funcionários da UNESCO que correspondem a estereótipos comuns sobre os africanos como primitivos pode não ser intencional; no entanto, a ênfase nesses tipos de formas culturais pode reforçar estereótipos sobre os povos africanos, em vez de oferecer oportunidades para uma melhor compreensão intercultural. Destacar formas de dança seculares híbridas, como a Malipenga ou a Chiwoda, poderia educar os turistas de maneira produtiva sobre o hibridismo cultural da vida malawiana contemporânea e neutralizar estereótipos negativos. Por outro lado, o estereótipo negativo das práticas percebidas como primitivas é inerentemente problemático. Oferecer oportunidades para que praticantes compartilhem e expliquem formas esotéricas, como o Vimbuza e o Gule Wamkulu, poderia ajudar a mitigar a tendência de privilegiar práticas culturais ocidentais como algo moderno e contemporâneo, enquanto as africanas são concebidas como primitivas e atrasadas.

O Malawi tem recursos limitados, e a esfera cultural não tem sido considerada central para desenvolver a miríade de iniciativas governa-

mentais e projetos categorizados sob a égide do desenvolvimento. Embora não seja articulado como tal, o desenvolvimento tem sido, em grande parte, um projeto de ocidentalização, com ênfase no desenvolvimento de instituições ocidentais associadas à economia, à política, à saúde e à educação, concebidas como necessárias para melhorar a vida das pessoas em contextos africanos. Embora localmente as pessoas possam ter pouco contato com a UNESCO, ou não entender a sua importância, uma perspectiva mais ampla, para além dos praticantes ou daqueles da região, revela alguns benefícios óbvios. O financiamento limitado que a UNESCO fornece por meio da sua Convenção para o Patrimônio Cultural Imaterial apoiou algumas iniciativas culturais importantes; além disso, a Convenção determina que o governo atenda ao setor cultural, resultando em alguns desenvolvimentos nessa área, embora limitados, que provavelmente não teriam ocorrido de outra forma.

Desde a ratificação da Convenção, o Departamento de Cultura convocou um órgão oficial, o Comitê Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial, composto por trabalhadores da área da cultura, acadêmicos e membros de associações étnicas, entre outros, que agora se reúnem regularmente para compartilhar informações e estratégias. Além disso, o Departamento de Cultura, juntamente com a Comissão Nacional da UNESCO, pesquisou bens culturais imateriais em todo o país, documentando práticas culturais e estimulando maior interesse e conscientização sobre o seu valor. O incentivo para submeter candidaturas subsequentes instigará pesquisas adicionais e, à medida que mais bens forem adicionados à lista, mais atividades serão coordenadas para promovê-los.

Embora as formas que entraram na lista possam não representar o que mais importa para a maioria das pessoas, elas são práticas que podem ser facilmente documentadas e exibidas em shows, festivais e exposi-

ções de museus, para celebrar a identidade e a diversidade culturais. Elas também podem ser mercantilizadas e comercializadas para um público turístico; são esteticamente atraentes, entretêm, e podem se tonar acessíveis para quem é de fora. A integração dessas formas ao turismo cultural poderia contribuir para um desenvolvimento econômico extremamente necessário. Os dois festivais e a exibição no museu sobre o Vimbuza aumentaram o conhecimento e o aprendizado sobre a prática, de modo que as pessoas no Malawi e os estrangeiros têm acesso a mais informações. A produção de exposições, organização de festivais e a disponibilização de informações online sobre o Vimbuza fornecem dados respeitosos sobre uma prática cultural que muitas vezes é difamada e pode contribuir para um maior entendimento intercultural. O desenvolvimento de uma associação nacional de Vimbuza será importante para promover e dar continuidade a essa prática cultural[9]. Do ponto de vista dos curandeiros entrevistados, é vital que o ritual Vimbuza seja reconhecido e protegido para que as pessoas que sofrem de doenças relacionadas a espíritos possam receber o diagnóstico e a cura de que tanto precisam.

A ênfase da UNESCO no envolvimento da comunidade, embora problemática devido à impossibilidade de obter representação de todas as partes envolvidas em uma prática, garante, no entanto, que pelo menos algumas pessoas estejam envolvidas "localmente". Isso também aumenta a conscientização e a valorização de práticas culturais que, de outra forma, são consideradas por alguns como problemáticas ou, pelo menos, não tão importantes neste "mundo moderno".

---

[9] Segundo Mbale, o governo do Malawi insistiu que a associação de Vimbuza fosse nacional, ainda que a prática seja mais associada aos Tumbuka. Esse é um exemplo da tensão que existe entre os objetivos declarados do governo para promover a cultura em nível nacional em um país com tantos grupos culturais diferentes.

Agradecimentos

A pesquisa que deu origem a este ensaio foi financiada por uma bolsa Fulbright US Scholar 2012-2013, uma bolsa de pesquisa de 2010 do *Center for the Study of Women in Society da Universidade de Oregon e pelo Summer Research Award* de 2010 do Escritório de Pesquisa e Desenvolvimento dos Professores da Universidade de Oregon.

Referências

BYRNE, Carrie. Hunting the vulnerable: witchcraft and the law in Malawi. **Consultancy Africa Intelligence**, 2011. Disponível em: http://www.consultancyafrica.com/index.phproption=com_content&view=article&id=783:hunting-the-vulnerable-witchcraft-and-the-law-in-malawi&catid=91:rights-in-focus&Itemid=296. Acesso em: 17 ago. 2025.

CHILIVUMBO, Aaron B. Vimbuza or Mashawe: A mystic therapy. **African Music Journal**, v. 5, n. 2, p. 6-9, 1972.

DE KOK, Bregje. **Christianity and African traditional religion**: two realities of a different kind. A cultural psychological study of the way Christian Malawians account for their involvement in African traditional religion. Zomba, Malawi: Kachere Series, 2005.

FRIEDSON, Steven M. **Dancing prophets:** musical experience in Tumbuka healing. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

GILMAN, Lisa. **The dance of politics:** gender, performance, and democratization in Malawi. Philadelphia: Temple University Press, 2009.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara. Intangible heritage as metacultural production. **Museum International**, v. 56, n. 1-2, p. 52-65, 2004.

SMITH, Laurajane; AKAGAWA, Natsuko. Introduction. *In*: SMITH, Laurajane; AKAGAWA, Natsuko (Ed.). **Intangible heritage**. New York: Routledge, 2009. p. 1-8.

SOKO, Boston; KUBIK, Gerhard. **Nchimi Chikanga:** the battle against witchcraft in Malawi. Zomba, Malawi: Kachere Series, 2008.